

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2015 e informamos:

CONTEXTO INSTITUCIONAL:

A Chubb do Brasil, fundada em 1845, é a empresa de seguros mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil é uma subsidiária da americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com 120 escritórios e operações em 25 países e emergiu como líder na indústria de seguros não baseada em tamanho e pela longevidade e sim construindo relacionamentos sólidos com clientes, agentes e corretores. Os resultados muito positivos do exercício continuam a demonstrar a habilidade de gerar resultados excelentes refletindo uma forte disciplina de subscrição, superior qualidade de serviços e fortaleza financeira.

A Chubb do Brasil é uma das maiores operações da The Chubb Corporation fora dos Estados Unidos e a maior da América Latina. Ela comercializa seguros de linhas comerciais e pessoais bem como coberturas de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais para empresas de médio porte e indivíduos de alto poder aquisitivo.

CONTRATO COM A ACE LIMITED:

Em 30 de junho de 2015, a The Chubb Corporation celebrou um contrato com a ACE Limited (atualmente denominada Chubb Limited), sob o qual a ACE Limited concordou em adquirir a The Chubb Corporation por US\$ 62,93 em dinheiro e 0,6019 de uma ação ordinária da ACE Limited para cada ação ordinária da The Chubb Corporation. A conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de uma série de condições, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e de acionistas. A expectativa era de que a transação deveria ser concluída no primeiro trimestre de 2016.

À luz da transação a The Chubb Corporation suspendeu seu programa de recompra de ações e deixou de atualizar ou de outra forma proporcionar orientações sobre ganhos operacionais por ação. Além disso, a The Chubb Corporation optou por descontinuar teleconferências para discutir seus resultados trimestrais e anuais até que a transação fosse concluída. A The Chubb Corporation continuou emitindo comunicados trimestrais

de resultados e informações complementares ao investidor, assim como, continuou a pagar seus dividendos trimestrais ao acionista.

No dia 14 de janeiro de 2016 a ACE Limited concluiu a aquisição da The Chubb Corporation criando uma líder internacional em seguros que irá operar em 54 países com a reconhecida marca Chubb.

RESULTADOS DO PERÍODO:

A respeito do resultado acumulado de 2015 da Chubb do Brasil, informamos que houve perda de R\$ 13,7 milhões, impactada pela forte sinistralidade no período no transporte, vida em grupo e automóvel e a descontinuidade de negócios não lucrativos.

O índice de sinistralidade para no exercício foi de 54%. Vários negócios foram revistos ou mesmo foram descontinuados com o foco na rentabilidade e uma visão de longo prazo para a contínua sustentabilidade da empresa.

Nos ramos Transporte e Vida em Grupo, foi feito um realinhamento de preços e analisou-se mais profundamente a escolha de alguns riscos.

Na linha de automóvel, a Chubb realinou sua carteira para aceitar riscos novos de importância segura superior a R\$ 100 mil e para renovações acima de R\$ 75 mil a partir de julho de 2015.

A Companhia fez, no geral, todos os ajustes de subscrição buscando o retorno à lucratividade.

A Companhia mantém um forte controle sobre as despesas administrativas e redução de custos mantendo índices lineares ao longo dos períodos indicando o forte foco no ganho de produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, apesar do investimento da Companhia em aprimorar os seus processos.

O resultado financeiro do período de 2015 foi de R\$ 78,1 milhões positivos (34 % maior que o ano de 2014) refletindo a consistente política de investimentos onde a Companhia tem investido em títulos públicos em reais. A Chubb classificou o seu portfólio de investimentos segundo os critérios estabelecidos pela Susep e não apresentou em 31/12/2015 títulos classificados como mantidos até o vencimento.

O Patrimônio líquido atingiu R\$ 349,7 milhões no exercício de 2015 e Ativo total de R\$ 1,2 bilhões.

Na avaliação final, a Chubb conta com uma carteira diversificada, com um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, mantendo uma disciplina de subscrição e controle de despesas, e destacando-se positivamente nas operações da Corporação na América Latina. A Chubb do Brasil continuará contribuindo na construção de valores da empresa no Brasil, com especialização, foco e solidez, e um investimento contínuo para prover os melhores serviços de sinistros aos nossos clientes e corretores.

EXPANSÃO:

Como parte da estratégia de expansão de negócios, a Companhia abriu escritórios de vendas em Salvador, Florianópolis e Campinas em 2014. O objetivo, em 2015, foi cumprido com uma maior aproximação dos parceiros locais que representam a empresa.

INFRAESTRUTURA:

Em 2015, a Chubb continuou a política de investimento em sua infraestrutura de sistemas e processos, buscando obtenção de ganho de produtividade e eficiência, possibilitando o crescimento sustentado da Companhia, principalmente com foco na melhoria constante das ferramentas utilizadas pelos nossos parceiros de negócios e corretores de seguros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA:

O bom desempenho da Companhia vem sendo acompanhado também pela melhoria constante do processo operacional e a atenção da administração no desenvolvimento dos controles internos e às melhores práticas de governança corporativa. Um Comitê com executivos da Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes trabalhos. Solidez financeira, transparência e liderança moderna são alguns dos pilares da gestão da Companhia.

Agradecemos a confiança e apoio recebido dos clientes, corretores, órgãos oficiais e funcionários que contribuíram para o alcance de nossos objetivos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante		817.896	1.022.618
Disponível		6.153	5.705
Caixa e bancos	4, 5	6.153	5.705
Aplicações	4, 6	412.587	596.893
Créditos das operações com seguros e resseguros		213.476	236.163
Prêmios a receber	4, 7	198.454	222.392
Operações com seguradoras	4	8.191	9.598
Operações com resseguradoras	4	6.831	4.173
Outros créditos operacionais		73.313	51.214
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4, 13	47.943	38.572
Títulos e créditos a receber		6.218	8.746
Títulos e créditos a receber		330	269
Créditos tributários e previdenciários	10	1.582	4.646
Outros créditos		4.306	3.831
Outros valores e bens	8	16.284	17.293
Bens a venda		9.308	11.799
Outros valores		6.976	5.494
Despesas antecipadas		7.070	14.787
Custos de aquisição diferidos	9	34.852	53.245
Seguros		34.852	53.245
Ativo não circulante		437.945	234.184
Realizável a longo prazo		421.133	213.230
Aplicações	4, 6	307.839	134.803
Créditos das operações com seguros e resseguros		13.519	7.614
Prêmios a receber	4, 7	13.519	7.614
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4, 13	29.360	14.997
Títulos e créditos a receber		59.706	51.293
Créditos tributários e previdenciários	10	52.881	42.101
Depósitos fiscais e judiciais	15	6.825	9.192
Outros valores e bens	8	3.543	-
Custos de aquisição diferidos	9	7.166	4.523
Seguros		7.166	4.523
Imobilizado	11	3.378	4.149
Bens móveis		2.517	3.024
Outras imobilizações		861	1.125
Intangível	12	13.434	16.805
Outros intangíveis		13.434	16.805
Total do ativo		1.255.841	1.256.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante		739.985	754.436
Contas a pagar		43.166	51.136
Obrigações a pagar		15.053	11.164
Impostos e encargos sociais a recolher		6.867	11.496
Encargos trabalhistas		5.082	4.646
Impostos e contribuições		2.314	2.358
Outras contas a pagar		13.850	21.472
Débitos de operações com seguros e resseguros		145.016	103.111
Prêmios a restituir		839	3.731
Operações com seguradoras		4.216	6.609
Operações com resseguradoras		43.050	15.322
Corretores de seguros e resseguros		35.810	27.628
Outros débitos operacionais		61.101	49.821
Depósitos de Terceiros		90	1.911
Provisões técnicas - seguros	13	551.713	598.278
Danos		451.637	485.223
Pessoas		100.076	113.055
Passivo não circulante		166.139	134.389
Contas a pagar		-	28
Tributos diferidos		-	28
Provisões técnicas - seguros	13	162.968	131.726
Danos		134.333	108.716
Pessoas		28.635	23.010
Outros débitos		3.171	2.635
Provisões judiciais	15	3.171	2.635
Patrimônio líquido	16	349.717	367.977
Capital social		279.387	262.302
Aumento de capital (em aprovação)		-	17.085
Reservas de reavaliação		22	22
Reservas de lucros		77.504	91.274
Ajuste de avaliação patrimonial		(7.196)	(2.706)
Total do passivo		1.255.841	1.256.802

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios emitidos		791.227	904.295
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		60.687	(23.976)
(=) Prêmios ganhos	17	851.914	880.319
(+) Receita com emissão de apólices		3.831	3.907
(-) Sinistros ocorridos	18 a	(455.825)	(513.549)
(-) Custos de aquisição	18 b	(173.163)	(181.054)
(-) Outras despesas operacionais	18 c	(123.360)	(119.526)
(-) Resultado com resseguro		(26.931)	(31.426)
(+) Receita com resseguro		13.026	6.503
(-) Despesas com resseguro		(39.957)	(37.929)
(-) Despesas administrativas	18 d	(143.075)	(126.261)
(-) Despesas com tributos		(35.286)	(31.025)
(+) Resultado financeiro	18 e	78.119	58.292
(=) Resultado operacional		(23.776)	(60.326)
(-) Resultado antes dos impostos e participações		(23.776)	(60.326)
(+) Imposto de renda	19	5.531	19.721
(+) Contribuição social	19	5.169	11.918
(+/-) Participações sobre o lucro		(694)	239
(=) Prejuízo do período		(13.770)	(28.448)
(/) Quantidade de ações		19.134	18.716
(=) Prejuízo por ação		(719,68)	(1.519,96)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	(13.770)	(28.448)
Outros resultados abrangentes	(4.490)	(2.671)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros para venda	(245)	128
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	107	(51)
Benefício Pós-Emprego	(4.352)	(2.748)
Resultado abrangente do exercício líquido dos impostos	(18.260)	(31.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital (em aprovação)	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros Legal	Estatutária	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos A cumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	253.857	8.445	22	15.409	124.413	-	-	-	402.111
Aumento de capital									
Portaria SUSEP nº 5.796 de 31 de março de 2014	8.445	(8.445)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição realizada (em aprovação)									
AGE de 30 de junho de 2014	-	8.444	-	-	-	-	-	-	8.444
AGE de 29 de dezembro de 2014	-	8.641	-	-	-	-	-	-	8.641
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	77	-	-	77
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(28.448)	(28.448)
Proposta de Absorção de Prejuízo	-	-	-	(28.448)	-	-	-	28.448	-
Juros sobre o capital	-	-	-	(20.100)	-	-	-	-	(20.100)
Benefício Pós-Emprego	-	-	-	-	-	-	(2.748)	-	(2.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	262.302	17.085	22	15.409	75.865	42	(2.748)	-	367.977
Aumento de capital									
Portaria SUSEP nº 87 de 08 de dezembro de 2015	8.444	(8.444)	-	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.296 de 14 de outubro de 2015	8.641	(8.641)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(138)	-	-	(138)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(13.770)	(13.770)
Proposta de Absorção de Prejuízo	-	-	-	(13.770)	-	-	-	13.770	-
Benefício Pós-Emprego	-	-	-	-	-	-	(4.352)	-	(4.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	279.387	-	22	15.409	62.095	(96)	(7.100)	-	349.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do período	(13.770)	(28.448)	(44)	152
Ajustes para:			(7.622)	3.967
Depreciação e amortizações	7.491	7.706	41.905	18.340
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	963	821	(1.821)	721
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	(138)	77	(62.184)	8.735
Ajuste com benefício pós-emprego sobre resultados abrangentes	(4.352)	(2.478)	(265)	(129)
Ajuste com créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa	(10.818)	(32.599)	(331)	(3.015)
Ajustes das provisões judiciais	47.661	60.664	3.797	8.077
Variação nas Contas Patrimoniais				
Ativos financeiros	11.270	(27.975)	(898)	(439)
Créditos das operações de seguros e resseguros	15.818	(19.790)	(2.451)	(6.873)
Ativos de resseguro	(23.734)	16.392	(3.349)	(7.312)
Créditos fiscais e previdenciários	3.103	5.644	448	765
Depósitos judiciais e fiscais	2.367	(403)		
Despesas antecipadas	7.717	51	5.705	4.940
Custo de aquisição diferidos	15.749	3.246	6.153	5.705
Outros ativos	(25.168)	(3.602)	448	765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Chubb do Brasil Companhia de Seguros (doravante “Companhia”) foi constituída em 1845, como uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, inicialmente denominada Argos Fluminense, com sede social e escritório principal localizados na Avenida Maria Coelho de Aguiar, nº 215, no Bloco F, no 4º andar, em São Paulo - SP, e tem como objeto principal a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação em vigor.

A Companhia é hoje a seguradora mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil Companhia de Seguros é uma subsidiária da empresa americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, e que hoje está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo.

A Companhia está sob controle de 99,98% da DHC Corporation, e a mesma sob controle de 100% da The Chubb Corporation com sede em Nova Jérsei, EUA, em 31 de dezembro de 2015.

Em 30 de junho de 2015, a The Chubb Corporation celebrou um contrato com a ACE Limited (atualmente denominada Chubb Limited), sob o qual a ACE Limited concordou em adquirir a The Chubb Corporation por US\$ 62,93 em dinheiro e 0,6019 de uma ação ordinária da ACE Limited para cada ação ordinária da The Chubb Corporation.

No dia 14 de janeiro de 2016 a ACE Limited concluiu a aquisição da The Chubb Corporation. A aquisição não tem impacto imediato nas subsidiárias locais das seguradoras Chubb do Brasil e ACE Seguradora. As apólices em vigor na data da aquisição não serão afetadas e as coberturas continuarão ser subscrições por uma ou mais companhias da Chubb do Brasil e da ACE Seguradora.

A aquisição cria uma seguradora líder global, sob o nome Chubb, sendo a maior seguradora de propriedades e responsabilidades de capital aberto do mundo, com operações em 54 países, solidez financeira e uma ampla variedade de produtos pessoais e empresariais.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2016.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517/2015. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais, de resultado e demais apresentações com o saldo do período findo imediatamente precedente, ou seja, 31 de dezembro de 2014.

Em virtude das alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015, relacionadas ao registro do diferimento do prêmio de resseguro não proporcional, e adequação ao CPC 26, que estabelece, no parágrafo 56, a classificação dos ativos fiscais diferidos como ativos não circulantes, e para fins de melhor comparabilidade, as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstração abaixo:

	Saldos Apresentados 31/12/2014	Reclassificações 31/12/2014	Saldos Reapresentados 31/12/2014
Ativo circulante			
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	33.655	4.917	38.572
Créditos tributários e previdenciários	8.283	(3.637)	4.646
Despesas antecipadas	19.704	(4.917)	14.787
Ativo não circulante			
Créditos tributários e previdenciários	38.464	3.637	42.101

c) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2e.

d) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

e) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 k - Contratos de seguros;
- Nota 3 l - Teste de adequação dos passivos (TAP);
- Nota 6 - Aplicações financeiras;
- Nota 7 - Prêmios a receber (provisão de risco de crédito);
- Nota 9 - Custos de Aquisição Diferidos;
- Nota 13 - Provisões técnicas; e
- Nota 15 - Provisões judiciais e administrativas.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas nas respectivas áreas, evolução dos processos, jurisprudência e instância de julgamento de cada caso específico.

Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos e informações históricas de perdas aplicadas para a constituição destas provisões, segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente.

Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou futura e reconhecidos no resultado de acordo com a emissão do risco.

Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

A “Provisão para riscos de créditos” é o valor calculado pela administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência relativa a prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos há mais de 120 dias.

c) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento ou que este ativo financeiro tenha vencimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Na data-base do balanço, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto aos resseguradores e cosseguradoras, que são avaliados periodicamente quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “mensurados ao valor justo por meio do resultado” são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “disponíveis para venda” são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculadas com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme determinado no estudo técnico de inadimplência em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015.

e) Salvados e ressarcimentos

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais de depreciação informadas na nota 11. Para Benfeitorias em imóveis de terceiros a vida útil estimada é de acordo com o contrato de aluguel.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por gastos com desenvolvimento, implantação e aquisição de softwares, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando são atendidos os critérios de reconhecimento definidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável.

É reconhecida uma perda por imparidade (“*impairment*”) no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, devem ser revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

A administração da Companhia avaliou seus ativos não financeiros e não constatou necessidade de registro de imparidade em 31 de dezembro de 2015.

i) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

A CAD é baixada quando da liquidação ou alienação dos respectivos contratos.

j) Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) conforme definições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015 é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “*pro rata die*” e atualizada monetariamente, quando aplicável. Ela tem o objetivo de reservar a parcela de prêmios emitidos, mas ainda não ganhos referentes aos riscos que ainda irão decorrer, contados a partir da data-base de cálculo. A Companhia utiliza a prerrogativa da exclusão dos custos iniciais de contratação da base de cálculo da PPNG.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. A metodologia de cálculo aplicada pela Companhia, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 (doze) meses, ou sobre a PPNG do mês de referência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 517/2015.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é realizada com base nas notificações de sinistros, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros.

A provisão de sinistros a liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores a pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso.

A provisão de sinistros a liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Companhia, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial.

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é calculada conforme estudos técnicos atuariais, para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) foi constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

Também é constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio.

A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é calculada conforme estudos técnicos atuariais, efetuados por atuarío externo, com base no histórico de sinistros avisados até a data das demonstrações financeiras.

k) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

l) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculer o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa, considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros e despesas, mensurados na data-base de dezembro de 2015, descontados p ela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2015 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 56,13%.

Seguro de Pessoas - 30,04%.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos realizado para a Chubb do Brasil Companhia de Seguros na data-base de 31/12/2015, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

m) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguro, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. A Companhia efetua o diferimento dos prêmios de resseguro, conforme os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. Os ativos e passivos são registrados de acordo com as normas vigentes da SUSEP.

A provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas desde o início da abertura do mercado de resseguros no Brasil, que ocorreu em 2008. Na data-base do balanço, a Companhia não detectou a necessidade de constituição da provisão.

n) Passivos não financeiros

Os passivos não financeiros são mensurados pela melhor estimativa da quantia que seria necessária para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 517/2015, sendo classificados nas seguintes categorias: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

Obrigações por aposentadorias

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Banco Santander S.A. e o Banco Itaú S.A.; e para o qual não há obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui ainda um programa de benefícios para ex-executivos, que compreende o pagamento de um plano de saúde e seguro de vida vitalício.

Adicionalmente, possui benefício de extensão de assistência médica de acordo com a Lei 9.656/98 para funcionários aposentados e demitidos sem justa causa.

Para este plano, a Companhia efetuou estudo técnico atuarial em conjunto com seus atuários externos, que está em conformidade com as regras do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 21b.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A Lei 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido para pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20% do lucro tributável. Essa alíquota deverá ser aplicada no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e será reduzida a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

i) Conselho de administração

Supervisiona o gerenciamento de riscos da Companhia, mantendo-se em conformidade com a política de aceitação e exposição a riscos determinada pela matriz nos Estados Unidos e pelo Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance.

ii) Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance

É composto por executivos da Companhia e responsável por:

- Estabelecer e divulgar padrões, bem como disseminar a cultura de governança, gerenciamento de riscos e compliance;
- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Reportar à alta administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Alinhar a política de aceitação e exposição a riscos à estratégia da Companhia.

iii) Diretorias

São responsáveis - por meio de monitoramento e cumprimento de políticas internas - por estabelecer controles internos e procedimentos para garantir que os limites ou determinadas exposições aos riscos no dia a dia dos negócios não sejam excedidos.

iv) Departamento de Riscos & Compliance

É responsável por auxiliar as diretorias no processo de gerenciamento de riscos empregando metodologia para a identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

v) Auditoria interna

É responsável por avaliar e propor melhorias à estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia de forma independente.

a) Risco de subscrição

A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Benefícios efetivamente pagos; e
- Histórico dos sinistros de longo prazo.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Estrutura de avaliação dos riscos de subscrição por ramos

Os setores da Companhia responsáveis pela avaliação do risco de subscrição são: diretoria de patrimônio empresarial, diretoria de patrimônio pessoal, diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, diretoria financeira, diretoria de sinistros, diretoria de riscos financeiros e superintendências de filiais. Além disso, fazem parte desse processo de avaliação os executivos da Matriz, diretoria de riscos e compliance e o atuário externo.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

De forma a reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia procura a diversificação de sua carteira e da área geográfica em que atua, bem como faz a sua distribuição por múltiplos canais de distribuição. A Companhia também adota uma seleção criteriosa de aceitação de riscos por meio de diretrizes sobre a estratégia de subscrição.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Companhia realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. A maior parte de resseguro proporcional corresponde à cota de resseguro contratado para reduzir a exposição da Companhia a determinadas classes de negócios.

O resseguro não proporcional corresponde, basicamente, ao repasse de excedentes para reduzir a exposição líquida da Companhia a danos por catástrofes. Os limites de retenção para o resseguro de excedente variam dependendo da linha de produto e território.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos de seguros vendidos por localidade e linha de negócio. Estes relatórios apontam se existem ações corretivas a serem aplicadas em determinada região e/ou linha de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Nestes quadros não foram considerados os valores de riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), custos iniciais de contratação (CIC) e retrocessões aceitas, no montante de R\$ 11.293 (R\$ 29.317 em 31 de dezembro de 2014).

Distribuição de prêmio bruto de resseguro										
31 de dezembro 2015										
Região Geográfica	Automóvel	%	Pessoas	%	Demais Ramos	%	DPVAT	%	Total	%
Centro Oeste	16.938	7	2.651	1	2.612	2	5.915	9	28.116	4
Nordeste	117	-	-	-	333	-	11.776	18	12.226	2
Norte	(2)	-	56	-	2	-	3.536	5	3.592	-
Sudeste	164.198	67	190.201	90	222.730	86	32.186	49	609.315	78
Sul	63.879	26	18.338	9	31.942	12	12.526	19	126.685	16
Total	245.130	100	211.246	100	257.619	100	65.939	100	779.934	100

Distribuição de prêmio líquido de resseguro										
31 de dezembro 2015										
Região Geográfica	Automóvel	%	Pessoas	%	Demais Ramos	%	DPVAT	%	Total	%
Centro Oeste	16.931	7	2.645	1	2.160	1	5.915	9	27.651	4
Nordeste	117	-	-	-	237	-	11.776	18	12.300	2
Norte	(2)	-	57	-	2	-	3.536	5	3.592	-
Sudeste	161.857	67	184.037	90	179.782	86	32.186	49	557.862	77
Sul	63.733	26	18.562	9	27.364	13	12.526	19	122.185	17
Total	242.636	100	205.301	100	209.545	100	65.939	100	723.421	100

Análise de sensibilidade - seguros

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.

Neste contexto, apesar da seguradora possuir outras linhas de negócios, o Teste de Sensibilidade realizado para a Chubb do Brasil Companhia de Seguros, na data-base de 31/12/2015, foi aplicado sobre as seguintes provisões:

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) declarada para os Ramos 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 36,70% da provisão bruta de resseguro na referida data;

Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER) declarada para os Ramos 351 - Responsabilidade Civil, 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 65,42% da provisão bruta de resseguro na referida data;

Provisão de Despesas Relacionadas - Referente ao IBNR declarada para os Ramos 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 24,24% da provisão bruta de resseguro na referida data;

Provisão de Despesas Relacionadas - Referente ao IBNER declarada para os Ramos 351 - Responsabilidade Civil, 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 69,93% da provisão bruta de resseguro na referida data.

Sendo assim, os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	Impacto causado no:						
	Data-base: 31/12/2015			Data-base: 31/12/2014			
	Passivo ⁽⁷⁾	Ativo ⁽⁸⁾	PLA Resultado ⁽⁹⁾	Passivo ⁽⁷⁾	Ativo ⁽⁸⁾	PLA Resultado ⁽⁹⁾	
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽¹⁾	1.831	-	1.007	1.369	32	802	802
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽²⁾	100	-	55	55	44	1	26
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNR ⁽³⁾	5.933	52	3.235	3.235	5.293	17	3.166
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽⁴⁾	249	4	135	135	202	1	121
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNER ⁽⁵⁾	6.485	46	3.541	3.541	3.763	34	2.237
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNER) ⁽⁶⁾	422	3	230	230	242	3	143

Observações:

⁽¹⁾ Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽²⁾ Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽³⁾ Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de IBNR dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽⁴⁾ Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽⁵⁾ Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo do ajuste de IBNER dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽⁶⁾ Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo da Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNER) dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

⁽⁷⁾ Valores que deverão ser adicionados ao passivo da Companhia, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

⁽⁸⁾ Valores que deverão ser adicionados ao ativo da Companhia, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

⁽⁹⁾ Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Sindical.

O Teste de Sensibilidade aplicado à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), para os ramos 531 e 993, demonstrou que o acréscimo de 5,0 (cinco) pontos percentuais na variável taxa de sinistralidade irá aumentar em 7,82% o Passivo destes ramos, reduzindo o Patrimônio Líquido Ajustado em 0,36%, e, por consequência, reduzindo em 7,45% o Resultado da seguradora. Contudo, para a segunda suposição demonstrada, ou seja, aumentando-se em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda obtido no triângulo de run-off, teremos um aumento de 25,33% no Passivo dos ramos citados anteriormente, uma redução de 1,15% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 23,93% no Resultado da seguradora.

Para a Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNR), para os ramos 531 e 993, demonstrou que o acréscimo de 5,0 (cinco) pontos percentuais na variável taxa de sinistralidade irá aumentar em 7,86% o Passivo destes ramos, reduzindo o Patrimônio Líquido Ajustado em 0,02%, e, por consequência, reduzindo em 0,41% o Resultado da seguradora. Contudo, para a segunda suposição demonstrada, ou seja, aumentando-se em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda obtido no triângulo de run-off, teremos um aumento de 19,59% no Passivo dos ramos citados anteriormente, uma redução de 0,05% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 1,00% no Resultado da seguradora.

Para a Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), o aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no fator da cauda obtido no triângulo resultou em um aumento de 19,74% no Passivo dos ramos 351, 531 e 993, uma redução de 1,26% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 26,20% no Resultado da seguradora.

Para a Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNER), o aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no fator da cauda obtido no triângulo resultou em um aumento de 15,46% no Passivo dos ramos 351, 531 e 993, uma redução de 0,08% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 1,71% no Resultado da seguradora.

Por fim, é necessário esclarecer, ainda, que o Teste de Sensibilidade foi aplicado à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER) e à Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNR e IBNER) por se tratarem de provisões apuradas através de processos estatístico-atuariais, os quais se utilizam de uma série de variáveis estimadas que poderão sofrer alterações ao longo do tempo, em conformidade com as metodologias descritas em NTA.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia.

Um exemplo disso é que apesar de a Companhia realizar operações de resseguro, ela não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao seguro cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Uma das formas mais utilizadas pelo mercado na determinação dos limites de risco de crédito é a utilização dos ratings conferidos à contraparte por uma agência avaliadora - tais como Standard & Poor's e Moody's.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Companhia adotou como estratégia para mitigar seus riscos a operação de resseguro. As resseguradoras que operam com a Companhia, passam por um processo de análise de risco de crédito feito pela Matriz para garantir que os objetivos de mitigação de riscos de seguros e de crédito sejam atingidos. Este processo iniciou-se com a abertura do mercado de resseguros em 2008. Abaixo demonstramos a avaliação de rating das resseguradoras que operam com a Companhia:

	31/12/2015		
Resseguradora	Classe	Rating	Agência avaliadora
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	Local	N/A	N/A
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	A-	A.M. Best
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros	Local	N/A	N/A
XL Resseguros Brasil S.A.	Local	N/A	N/A
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Aaa	Moody's
Ace Resseguradora S.A.	Local	N/A	N/A
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local	N/A	N/A
AIG Resseguros Brasil S.A.	Local	N/A	N/A
J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A.	Local	N/A	N/A
Federal Insurance Company	Admitida	A++	A.M. Best
Hannover Rück Se	Admitida	A+	A.M. Best
Lloyd's	Admitida	A+	Standard & Poor's
Swiss Reinsurance America Corporation	Admitida	A+	A.M. Best
General Reinsurance AG	Admitida	A++	A.M. Best
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A	A.M. Best
Scor Reinsurance Company	Admitida	A+	A.M. Best

Gradualmente, a alocação de resseguro da Companhia passou a ser feita de forma diversificada, não dependendo de uma única resseguradora e as operações não dependem substancialmente de um único contrato de resseguro, sendo estes contratos fechados de formas variadas, tais como: excedente de danos, cota, catástrofe, excedente de responsabilidade e facultativos. Os ativos do resseguro totalizam R\$ 77.303 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 53.569 em 31 de dezembro de 2014).

Gerenciamento do risco de crédito

Para diminuir o risco de crédito na recuperação das operações de resseguro, a Companhia faz um trabalho junto às resseguradoras e aos corretores de resseguro, para reduzir o aging de recuperação.

A política de emissão de apólices considera todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, incluindo a análise de risco do crédito dos segurados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, por meio de ferramentas específicas de verificação de perfil de risco.

A exposição do risco de crédito decorrente de prêmios a serem recebidos de segurados, também é significativamente mitigada em situações onde o contrato de seguro e a cobertura de sinistros podem ser cancelados, de acordo com a regulamentação brasileira vigente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

Com relação aos ativos financeiros, a Companhia optou por minimizar ao máximo o risco de crédito das contrapartes pela escolha de ativos de baixíssimo risco. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais e títulos privados com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano) equivalente à "brAAA" e "brAA+", conforme classificação da Standard & Poor's e Moody's.

Os fundos de investimentos são compostos por carteiras abertas referenciadas em DI e em renda fixa administrados por instituições financeiras do mais elevado rating conforme metodologia de classificação de risco. O gerenciamento dos riscos financeiros dos fundos é realizado pelos gestores dos mesmos e validado pelas respectivas auditorias, de acordo com regras e metodologias específicas definidas em legislação e regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração também possui diretrizes internas estabelecidas com o objetivo de monitorar o risco de crédito e garantir que exposições específicas ao mesmo risco não sejam excedidas. Essas políticas são determinadas levando-se em conta a capacidade financeira das contrapartes em honrar suas obrigações e também considerando fatores dinâmicos econômicos e financeiros.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

As tabelas a seguir apresentam as aplicações financeiras da Companhia, distribuídas por *rating* de crédito com base na escala nacional equivalente da Standard & Poor's:

Standard & Poor's - Escala Nacional										Saldo contábil	
<u>Composição da carteira por classe e por categoria contábil</u>	<u>brAAA</u>	<u>brAA+</u>	<u>brAA</u>	<u>brAA-</u>	<u>brA+</u>	<u>brA</u>	<u>brA-</u>	<u>brBBB-</u>	<u>Rating</u>	<u>Sem contábil</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante											
Títulos para negociação											
Títulos de renda fixa											
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.624
Letras do tesouro nacional - LTN	51.678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.678
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	121.387	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121.387
Quotas de fundos de investimentos	83.424	2.327	191	17	-	10	11	1	-	-	85.981
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154	154
Títulos para venda											
Certificado de Depósito Bancário - CDB	38.950	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.950
Letras financeiras - LF	27.938	27.875	-	-	-	-	-	-	-	-	55.813
Ativo não circulante											
Títulos disponíveis para venda											
Títulos de renda fixa											
Letras financeiras do tesouro - LFT	307.839	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307.839
Exposição máxima ao risco de crédito	689.840	30.202	191	17	-	10	11	1	154	720.426	

Standard & Poor's - Escala Nacional										Saldo contábil	
<u>Composição da carteira por classe e por categoria contábil</u>	<u>brAAA</u>	<u>brAA+</u>	<u>brAA</u>	<u>brAA-</u>	<u>brA+</u>	<u>brA</u>	<u>brA-</u>	<u>brBBB-</u>	<u>Rating</u>	<u>Sem contábil</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante											
Títulos para negociação											
Títulos de renda fixa											
Letras financeiras do tesouro - LFT	51.841	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.841
Letras do tesouro nacional - LTN	145.152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.152
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	73.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.604
Quotas de fundos de investimentos	90.210	293	75	100	22	7	20	-	-	-	90.726
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154	154
Títulos para venda											
Certificado de Depósito Bancário - CDB	49.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.028
Letras financeiras do tesouro - LFT	109.825	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.825
Letras do tesouro nacional - LTN	43.549	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.549
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	33.014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.014
Ativo não circulante											
Títulos disponíveis para venda											
Títulos de renda fixa											
Letras financeiras do tesouro - LFT	60.621	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.621
Letras Financeiras - LF	74.182	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.182
Exposição máxima ao risco de crédito	731.025	293	75	100	22	7	20	-	154	731.696	

Os ativos classificados nas categorias inferiores à "brAAA" e "brAA+" representam 0,0533 (0,09% em 31 de dezembro de 2014) do total dos ativos financeiros e são compreendidos, substancialmente, por ativos contidos nos fundos de investimento em que a Companhia aplica. Desta forma, pode-se verificar que a carteira de investimentos demonstra baixo risco.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros da Companhia, distribuídos por faixa de vencimento:

<u>Composição da carteira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Sem dias</u>	<u>0 a 30 dias</u>	<u>1 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 anos</u>	<u>Acima de</u>	<u>Saldo contábil</u>
Ativos financeiros e ativos de contrato de seguro									
Ativos pré-fixados									
<i>Públicos</i>	-	51.678	-	-	-	-	-	-	51.678
Ativos pós-fixados									
<i>Públicos</i>	-	-	-	121.387	-	-	366.463	-	487.850
<i>Privados</i>	-	27.875	66.888	-	-	-	-	-	94.763
<i>Fundos de investimentos</i>	85.981	-	-	-	-	-	-	-	85.981
Outros ativos financeiros	154	-	-	-	-	-	-	-	154
Prêmios a receber de segurados	-	150.916	40.373	7.165	6.443	7.076	-	-	211.973
Valores a receber de operações de seguros e resseguros	15.022	-	-	-	-	-	-	-	15.022
Ativos de Resseguro	77.703	-	-	-	-	-	-	-	77.703
Caixa e equivalentes de caixa	6.153	-	-	-	-	-	-	-	6.153
Total de ativos financeiros e ativos com contratos de seguro	185.013	230.469	107.261	128.552	6.443	373.539	1.031.277		

<u>Composição da carteira</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Sem dias</u>	<u>0 a 30 dias</u>	<u>1 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 anos</u>	<u>Acima de</u>	<u>Saldo contábil</u>
Ativos financeiros e ativos de contrato de seguro									
Ativos pré-fixados									
<i>Públicos</i>	-	25.359	134.516	28.826	-	-	-	-	188.701
Ativos pós-fixados									
<i>Públicos</i>	-	-	223.831	44.454	-	60.621	-	-	328.906
<i>Privados</i>	-	-	49.028	-	74.182	-	-	-	123.210
<i>Fundos de investimentos</i>	90.726	-	-	-	-	-	-	-	90.726
Outros ativos financeiros	154	-	-	-	-	-	-	-	154
Prêmios a receber de segurados	-	154.869	59.772	7.751	7.614	-	-	-	230.006
Valores a receber de operações de seguros e resseguros	13.771	-	-	-	-	-	-	-	13.771
Ativos de Resseguro	48.652	-	-	-	-	-	-	-	48.652
Caixa e equivalentes de caixa	5.705	-	-	-	-	-	-	-	5.705
Total de ativos financeiros e ativos com contratos de seguro	159.008	180.228	467.147	81.031	81.796	60.621	1.029.831		

c) Risco de mercado

O controle do risco de mercado é realizado por meio do mapeamento de eventuais atividades expostas a esse tipo de risco. Essas exposições são mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, e os respectivos planos de mitigação são devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo é realizado de forma corporativa e definido por meio de diretrizes e procedimentos de investimentos internos, cujo conteúdo é elaborado, aprovado e revisado conjuntamente por áreas autorizadas locais, da América Latina e da Matriz.

Definição de limites

Da mesma forma como ocorre com o gerenciamento de risco de crédito, a definição de limites, de acordo com as características de cada operação, é determinada por meio de políticas de investimentos devidamente validadas em conjunto por estruturas locais da América Latina e da Matriz.

Visando mitigar o risco de mercado, atualmente a carteira da Companhia é composta por títulos públicos federais vinculados a taxas pós-fixadas (SELIC), títulos públicos federais pré-fixados de curto prazo, considerando a data do vencimento, títulos públicos atrelados a índice de inflação (IPCA) e fundos de investimentos referenciados à taxa de Depósito Interbancário (DI) e renda fixa, todos com alto grau de liquidez. Dentro da mesma estratégia de redução de risco de mercado, o restante da carteira é formada por títulos privados atrelados a variação da taxa DI e emitidos por instituições financeiras de rating com qualidade elevada conforme agências de classificação de risco. Para essas operações, o objetivo não é obter ganhos de curto prazo através de oscilações de mercado, mas sim a manutenção de uma carteira diversificada de ativos financeiros que atenda às necessidades específicas demandadas pelo tipo de negócio e que esteja em conformidade com as definições específicas das políticas de investimentos da Companhia, conciliando os aspectos de risco e retorno.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros com exposição a variações de taxas de câmbio.

A metodologia utilizada para a análise de risco dos ativos financeiros leva em consideração: (i) A capacidade da redução dos ativos por meio das oscilações de seus preços (risco de mercado); e (ii) Uma visão sobre o risco de crédito, baseada na probabilidade de inadimplência por parte dos emissores dos ativos financeiros.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Sem nível: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Avaliação por níveis					Saldo contábil
<u>Composição da carteira por classe e por categoria contábil</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Sem nível</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante					
Títulos para negociação					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.624	-	-	-	58.624
Letra do tesouro nacional - LTN	51.678	-	-	-	51.678
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	121.387	-	-	-	121.387
Quotas de fundos de investimentos	-	85.981	-	-	85.981
Outros ativos financeiros	-	-	-	154	154
Títulos disponíveis para venda					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	38.950	-	-	38.950
Letras financeiras - LF	-	55.813	-	-	55.813
Ativo não circulante					
Títulos disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	307.839	-	-	-	307.839
Exposição máxima ao risco de crédito	539.528	180.744	154	720.426	

<u>Composição da carteira por classe e por categoria contábil</u>	Avaliação por níveis			Saldo contábil
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Sem nível</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante				
Títulos de renda fixa				
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	51.841	-	-	51.841
Letra do Tesouro Nacional - LTN	145.152	-	-	145.152
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	73.604	-	-	73.604
Quotas de fundos de investimentos	-	90.726	-	90.726
Outros ativos financeiros	-	-	154	154
Títulos disponíveis para venda				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	49.028	-	49.028
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	109.825	-	-	109.825
Letra do Tesouro Nacional - LTN	43.549	-	-	43.549
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	33.014	-	-	33.014
Ativo não circulante				
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	60.621	-	-	60.621
Letras Financeiras - LF	-	74.182	-	74.182
Exposição máxima ao risco de crédito	517.606	213.936	154	731.696

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía ativos financeiros classificados na categoria "Sem nível", referente à conta de "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros".

O valor de mercado dos títulos públicos federais está atrelado ao "preço unitário de mercado", disponível na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. As quotas de fundos de investimentos foram calculadas a partir do valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade - ativos financeiros

Considerando que a carteira da Companhia está 75,12% alocada no parâmetro DI/SELIC e o restante em taxas pré-fixadas e índice de inflação (IPCA) de curto prazo, na presente análise de sensibilidade foram considerados: (i) o risco de crédito para títulos de emissão do Tesouro e emissão privada, através da aplicação de um fator de desconto por "rating" baseado na classificação da Standard & Poor's; (ii) o risco de mercado dos ativos financeiros, através do cálculo do ValueatRisk (VAR) da carteira para o prazo de 1 dia com nível de confiança de 95%; e (iii e iv) risco de oscilação do valor justo dos títulos vinculados totalmente ou parcialmente a taxas pré-fixadas de emissão do Tesouro, decorrentes de variações de taxas de juros positivas ou negativas de 2 pontos percentuais.

O teste de sensibilidade considera os efeitos isolados de cada fator de risco. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

A tabela a seguir apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o patrimônio líquido e o resultado do exercício:

	Impacto Percentual		Impacto no Patrimônio Líquido		Impacto no Resultado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
(i) Fator de desconto por "rating"	(0,02%)	(0,01%)	(147)	(45)	(147)	(45)
(ii) Value At Risk (VAR)	(0,07%)	(0,22%)	(420)	(1.459)	(420)	(1.459)
(iii) Variação da taxa de juros em + 2 ps.p.	(0,21%)	(0,26%)	(1.348)	(1.692)	(1.348)	(1.692)
(iv) Variação da taxa de juros em - 2 ps.p.	0,22%	0,27%	1.445	1.757	1.445	1.757

Em termos gerais, em 31 de dezembro de 2015 a incidência de fatores redutores aplicados ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco de oscilação de taxas de juros produzirá uma perda máxima individual por fator de risco de 0,0200% em relação ao total dos ativos financeiros mantidos pela Companhia.

Salientamos ainda que o risco somente foi aplicado à carteira de investimentos de administração própria, não contemplando as aplicações de gestão da Seguradora Líder (DPVAT).

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. Ele é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos a pagar da Companhia. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Dentro desse contexto, a Companhia possui uma política criteriosa de comercialização, visando mitigar os riscos inerentes à subscrição, entre eles o risco de não recebimento do prêmio (inadimplência).

A tabela a seguir demonstra a composição dos prêmios a receber por decurso de prazo de vencimento:

	31/12/2015			31/12/2014		
	<u>Prêmios a Receber</u>	<u>Redução ao Valor Recuperável</u>	<u>Prêmios a Receber Líquidos</u>	<u>Prêmios a Receber</u>	<u>Redução ao Valor Recuperável</u>	<u>Prêmios a Receber Líquidos</u>
Vincendos de 1 a 30 dias	121.956	-	121.956	122.641	-	122.641
Vincendos de 31 a 60 dias	19.831	-	19.831	33.233	-	33.233
Vincendos de 61 a 120 dias	16.100	-	16.100	20.958	-	20.958
Vincendos de 121 a 180 dias	4.442	-	4.442	5.581	-	5.581
Vincendos de 181 a 365 dias	7.165	-	7.165	7.751		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014				Taxa de Juros
	Valor Investimento Atualizado	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	% Aplicado	
Ativos financeiros disponível para negociação					
Fundos de Investimento	90.726	–	90.726	12%	Ref. DI
Títulos de Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	51.841	–	51.841	7%	SELIC
Letras do Tesouro Nacional - LTN	145.686	(534)	145.152	20%	Pré
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	73.276	328	73.604	10%	IPCA
Outras Aplicações	154	–	154	0%	N/A
Total Disponível para negociação	361.683	(206)	361.477	49%	
Ativos financeiros disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	49.028	–	49.028	7%	CDI
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	170.465	(17)	170.446	23%	SELIC
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	32.843	171	33.014	5%	IPCA
Letras do Tesouro Nacional - LTN	43.632	(83)	43.549	6%	Pré
Letras Financeiras - LF	74.182	–	74.182	10%	CDI
Total Disponível para venda	370.150	71	370.219	51%	
Total dos Ativos financeiros	731.833	(135)	731.696	100%	

As "Outras aplicações" referem-se, basicamente, à conta "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros" no montante de R\$ 154 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 154 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários.

Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Saldo em				
	31/12/2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo Final
valores mobiliários					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	49.028	35.000	(49.915)	4.837	38.950
Letras Financeiras	74.182	–	(27.476)	9.107	55.813
Letras do Tesouro Nacional - LTN	188.701	201.881	(356.953)	18.049	51.678
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	222.288	279.355	(168.426)	33.246	366.463
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	106.617	–	(3.117)	17.887	121.387
Cotas de Fundos de Investimentos	90.726	126.339	(142.741)	11.657	85.981
Fundos Retrocessão IRB	154	–	–	–	154
Total Geral	731.696	642.575	(748.628)	94.783	720.426

a) Determinação do valor justo

Os ativos financeiros da Companhia encontram-se registrados contabilmente a mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos conforme a característica de cada papel.

A avaliação dos ativos financeiros pela hierarquia dos níveis está demonstrada na nota explicativa nº 4c.

b) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa e títulos privados compostos por certificados de depósitos bancários e letras financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Total das provisões técnicas	714.681	730.005
(-) Provisões dos Consórcios DPVAT	(77.297)	(70.915)
(-) Ativos Redutores de Resseguro	(9.313)	(12.846)
(-) Recuperação de Sinistros a liquidar	(21.712)	(23.504)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(19.968)	(26.035)
(-) Depósitos judiciais	(3.503)	(2.704)
(-) Direitos Creditórios	(71.001)	(79.026)
(-) Provisões Retidas pelo IRB	(154)	(154)
Total a ser coberto	511.733	514.821
Ativos dados em garantia das provisões técnicas	567.453	567.428
Suficiência - \$	55.720	52.607
Suficiência - %	10,89%	10,22%

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia é de três meses.

Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "11319 - Redução ao valor recuperável" e mantém atualizado um estudo técnico sobre inadimplência onde são demonstrados os critérios utilizados para o cálculo da provisão ao valor recuperável na Companhia. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.920 (R\$ 3.957 em 31 de dezembro de 2014).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber:

	2015	2014
Saldo Inicial em 1º de janeiro	233.963	227.669
(+) Prêmios emitidos	966.329	1.127.571
(-) Prêmios cancelados	(132.943)	(201.222)
(-) Recebimentos	(851.827)	(924.884)
(+) Constituição de riscos vigentes não emitidos	1.371	4.829
Saldo em 31 de dezembro	216.893	233.963

A composição dos prêmios a receber por decurso de prazo está demonstrada na nota explicativa nº 4d.

Abaixo segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.134)
Constituição		(823)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.957)
Constituição		(963)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.920)

8. Outros valores e bens

A rubrica "Outros valores e bens" é constituída, principalmente, pelos seguintes saldos:

	31/12/2015	31/12/2014
Salvados	12.851	11.800
Créditos a Receber	6.975	4.596
Adiantamento advogados	1	897
Total	19.827	17.293

Apresentamos abaixo a abertura dos bens à venda ("salvados") por ramo e por faixa de vencimento:

Ramo	31/12/2015								Total geral
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	há mais de 365 dias	
Automóvel	1.130	1.676	628	861	734	268	1.430	5.558	12.285
Transporte	203	–	–	–	–	–	80	234	517
Demais ramos	–	–	–	–	–	–	–	49	49
Total geral	1.333	1.676	628	861	734	268	1.510	5.841	12.851

Ramo	31/12/2014								Total geral
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	há mais de 365 dias	
Automóvel	1.076	1.382	1.598	584	780	371	231	5.458	11.480
Transporte	–	–	–	–	–	–	–	199	199
Demais ramos	–	–	–	–	–	–	–	121	121
Total geral	1.076	1.382	1.598	584	780	371	231	5.778	11.800

O valor presente dos salvados a venda é atualizado mensalmente com base na tabela FIPE.

9. Custos de Aquisição Diferidos (CAD)

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas comissões, agenciamento e pró-labore (se aplicáveis) na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem ao risco de vigência dos contratos de seguros.

	31/12/2015	31/12/2014
Automóvel	20.707	34.185
Pessoas	827	6.953
Demais ramos	20.484	16.630
Total Geral	42.018	57.768

10. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2015	31/12/2014
Tributos a Compensar - Curto Prazo		
Cofins a compensar	302	294
PIS a compensar	49	47
IOF a compensar	1.081	2.744
Imposto de renda a compensar	109	969
Contribuição Social a compensar	41	592
Subtotal	1.582	4.646

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos tributários diferenças temporais, prejuízos fiscais e base negativas - Longo Prazo		
Imposto de renda diferidas temporárias	4.589	4.817
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal	27.079	21.320
Imposto de renda diferido - TVM	44	–
Contribuição Social diferida temporárias	3.001	2.890
Contribuição social diferida - prejuízo fiscal	18.133	13.074
Contribuição social diferida - TVM	35	–
Subtotal	52.881	42.101
Total	54.463	46.747

Composição da origem dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa	31/12/2015			31/12/2014		
	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 20% (*)	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%
Provisão PLR/bônus empregados	5.104	1.276	834	4.752	1.188	713
Provisão despesa de comercialização	4.190	1.048	685	4.970	1.242	745
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.920	1.230	805	3.957	989	594
Provisão para indenizações trabalhistas	–	–	–	1.102	275	165
Outras provisões	4.141	1.035	677	4.487	1.122	673
Prejuízo Fiscal IRPJ	108.316	27.079	–	85.279	21.320	–
Prejuízo Fiscal CSLL	110.906	–	18.133	87.164	–	13.075
Total constituído IRPJ	126.671	31.668	–	104.547	26.137	–
Total constituído CSLL (*)	129.261	–	21.134	106.433	–	15.965

(*) A alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido incidente sobre a base negativa e diferenças temporais deve ser aplicada conforme estimativa de realização dos créditos tributários, uma vez que a Lei 13.169, de 06 de outubro de 2015, determinou que o percentual de 20% deve ser considerado para os créditos que serão realizados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e a alíquota de 15% para os créditos, cuja a expectativa de realização é prevista a partir de 1º de janeiro de 2019. O efeito da alteração de alíquota resultou em um aumento do crédito tributário diferido decorrente de prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.437.

O imposto de renda e a contribuição social a compensar são decorrentes de antecipação de IR e CS e retenções de órgãos públicos, sendo que a sua expectativa de realização é substancialmente de 12 meses.

Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias originam-se, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, centrais de negócios, distribuições de lucros com centrais de negócios e corretores. Exceto para os casos judiciais onde os prazos não são previsíveis, para as demais diferenças temporais o crédito tributário tem previsão de realização de até 12 meses.

A movimentação dos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social estão assim demonstradas:

	Imposto de renda e contribuição social diferida - prejuízo fiscal	Imposto de renda e contribuição social diferida - diferenças temporárias	Imposto de renda e contribuição social diferida - Ajuste TVM
Saldo em 31 de dezembro de 2014	34.394	7.707	–
Constituição	10.818	–	79
Realização	–	(117)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2015	45.212	7.590	79

Abaixo demonstramos o imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o saldo dos ajustes de títulos e valores a mercado:

Base	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste de títulos e valores a mercado	175	(70)
Imposto de renda	44	(18)
Contribuição social	35	(10)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo fiscal no montante de R\$ 108.316 (R\$ 85.279 em 31 de dezembro de 2014) e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 110.906 (R\$ 87.164 em 31 de dezembro de 2014) a serem compensados com a geração de lucros tributáveis futuros.

A legislação permite que prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, sejam compensados com lucros tributáveis futuros limitados a 30% do lucro tributável apurado em cada ano.

Para prejuízos fiscais e base negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, não há prazo prescricional.

A Companhia não constituiu provisão para ajustes dos créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal. Em 2015 a Companhia passou por significativos processos de reestruturação, tanto em seus negócios, linha de automóvel, quanto de seu quadro de funcionários, realizando um Programa de Demissão Voluntária, tais fatores enquadram a Companhia no § 4º, artigo 148 da Circular SUSEP nº 517/2015. As ações tomadas, especialmente ao que tange a reestruturação da carteira de automóvel, contribuirão para a realização futura do ativo fiscal diferido, visto que as projeções de resultados para os anos de 2016 e 2017 apontam para crescimento de prêmios e, principalmente, redução significativa da sinistralidade.

Apresentamos abaixo a estimativa de realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social:

Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Utilização dos créditos	1.419	3.999	5.941	6.739	8.011	9.060	10.043	45.212

11. Ativo imobilizado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo imobilizado por grupo:

Custo de aquisição do imobilizado	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Imóveis de uso próprio	44	–	–	44
Equipamentos	31.405	175	–	31.580
Móveis, máquinas e utensílios	3.058	221	–	3.279
Veículos	264	187	–	451
Outras imobilizações	5.526	315	–	5.841
Total de custo de aquisição (a)	40.297	898	–	41.195
Depreciação acumulada	31/12/2014	Depreciação	Baixas	31/12/2015
Imóveis de uso próprio	(44)	–	–	(44)
Equipamentos	(29.381)	(838)	–	(30.219)
Móveis, máquinas e utensílios	(2.125)	(217)	–	(2.342)
Veículos	(196)	(35)	–	(231)
Outras imobilizações	(4.402)	(579)	–	(4.981)
Total da depreciação acumulada (b)	(36.148)	(1.669)	–	(37.817)
Total do imobilizado (a) - (b)	4.149	(771)	–	3.378

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as seguintes:

Imobilizado	Taxa anual	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio	4%	25
Equipamentos	10% e 20%	5 e 10
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Outras imobilizações	20%	5
Outras Benfeitorias e Imóveis	20%	5

12. Intangível

O ativo intangível está composto conforme segue:

Custo de aquisição do intangível	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Outros intangíveis	40.189	2.451	–	42.640
Total de custo de aquisição (a)	40.189	2.451	–	42.640
Amortização acumulada	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Outros intangíveis	(23.384)	(5.822)	–	(29.206)
Total da amortização acumulada	(23.384)	(5.822)	–	(29.206)
Total do intangível	16.805</			

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores.

Sinistros Incorridos - Bruto de Resseguro								
Incorrido (+) IBNR (+) IBNER	Antes de 2010	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
- Até a data-base		304.064	365.660	364.106	415.304	434.762	421.403	
- Um ano mais tarde		311.533	377.527	380.658	417.536	417.563	-	
- Dois anos mais tarde		317.301	384.807	387.726	422.554	-	-	
- Três anos mais tarde		318.897	393.570	393.843	-	-	-	
- Quatro anos mais tarde		327.462	396.750	-	-	-	-	
- Cinco anos mais tarde		336.731	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2015		336.731	396.750	393.843	422.554	417.563	421.403	
Pago acumulado	Antes de 2010	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
- Até a data-base		(208.695)	(256.035)	(240.141)	(278.363)	(283.672)	(269.697)	
- Um ano mais tarde		(301.135)	(354.793)	(353.111)	(385.581)	(387.427)	-	
- Dois anos mais tarde		(307.646)	(365.179)	(372.788)	(397.751)	-	-	
- Três anos mais tarde		(311.548)	(375.406)	(377.762)	-	-	-	
- Quatro anos mais tarde		(313.559)	(380.075)	-	-	-	-	
- Cinco anos mais tarde		(316.449)	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2015		(316.449)	(380.075)	(377.762)	(397.751)	(387.427)	(269.697)	
Atualização monetária acumulada		3.379	2.692	2.436	1.578	374	-	
Provisão de sinistros em 31/12/2015	60.358	23.661	19.367	18.517	26.381	30.510	151.706	330.500
Falta acumulada (R\$)		(32.667)	(31.089)	(29.737)	(7.250)	17.199	-	
Falta acumulada (%)		(9,70%)	(7,84%)	(7,55%)	(1,72%)	4,12%	-	

Sinistros Incorridos - Líquido de Resseguro								
Incorrido (+) IBNR (+) IBNER	Antes de 2010	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
- Até a data-base		286.567	345.383	349.412	404.161	426.036	408.753	
- Um ano mais tarde		299.734	355.091	368.764	405.665	406.895	-	
- Dois anos mais tarde		305.778	363.553	363.744	410.479	-	-	
- Três anos mais tarde		307.911	368.478	365.498	-	-	-	
- Quatro anos mais tarde		316.300	369.947	-	-	-	-	
- Cinco anos mais tarde		325.736	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2015		325.736	369.947	365.498	410.479	406.895	408.753	
Pago acumulado	Antes de 2010	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
- Até a data-base		(203.380)	(244.415)	(235.029)	(275.576)	(279.843)	(265.617)	
- Um ano mais tarde		(290.375)	(337.642)	(343.000)	(377.078)	(378.770)	-	
- Dois anos mais tarde		(296.653)	(347.175)	(349.257)	(386.679)	-	-	
- Três anos mais tarde		(300.543)	(350.875)	(349.892)	-	-	-	
- Quatro anos mais tarde		(302.551)	(353.730)	-	-	-	-	
- Cinco anos mais tarde		(305.439)	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2015		(305.439)	(353.730)	(349.892)	(386.679)	(378.770)	(265.617)	
Atualização monetária acumulada		3.379	2.664	2.368	1.576	348	-	
Provisão de sinistros em 31/12/2015	51.273	23.676	18.881	17.974	25.376	28.473	143.136	308.789
Falta acumulada (R\$)		(39.169)	(24.565)	(16.085)	(6.318)	19.141	-	
Falta acumulada (%)		(12,02%)	(6,64%)	(4,40%)	(1,54%)	4,70%	-	

Sinistros Administrativos (+) Sinistros Judiciais

Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas nos fechamentos de 31 de dezembro estão deficitárias para os anos de 2010 a 2013, uma vez que se apresentaram insuficientes quando comparadas com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

Informamos, ainda, que os déficits técnicos foram ocasionados pelos seguintes motivos:

✓ Defasagem temporal entre a data de aviso do sinistro e a data de identificação deste como perda total;

✓ Valores insuficientes de abertura automática da PSL para perdas parciais no sistema de sinistros;

✓ Reavaliação dos sinistros pendentes (principalmente na esfera judicial), realizada no final dos anos de 2014 e 2015; e

✓ Sinistros atípicos, denominados *outliers*.

Esclarecemos, contudo, que a provisão denominada Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER) teve um aumento significativo nos anos de 2014 e 2015 e está devidamente constituída em 31/12/2015.

15. Provisões judiciais e administrativas

a) Composição dos processos judiciais e administrativos

A provisão dos processos judiciais e administrativos em andamento em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, conforme avaliação dos advogados da Companhia é demonstrada no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	Quantidade	Reclamado	Provisionado
Trabalhistas						
Provável	7	1.941	557	9	1.381	474
Possível	11	7.190	-	10	7.134	-
Remota	17	4.116	-	16	2.415	-
Total	35	13.247	557	35	10.930	474
Fiscais						
Provável	11	1.278	683	12	2.673	611
Possível	1	637	-	1	94	-
Remota	-	-	-	2	1.749	-
Total	12	1.915	683	15	4.516	611
Sinistros						
Provável	1.543	214.677	99.101	1.471	104.564	73.970
Possível	70	19.506	1.579	200	39.897	6.838
Remota	712	295.828	2.843	1.002	238.502	3.715
Total	2.325	530.011	103.523	2.673	382.963	84.523
Cíveis						
Provável	89	4.669	1.931	119	2.765	1.329
Possível	21	2.005	-	31	2.190	220
Remota	126	9.774	-	171	10.975	-
Total	236	16.448	1.931	321	15.930	1.550

Fiscais

Nos processos fiscais de maior relevância há depósitos judiciais garantindo a quantia em discussão. As classificações de risco de perda foram realizadas de acordo com o Pronunciamento CPC 25, portanto, com o devido provisionamento das ações judiciais cuja perda foi classificada como provável e no processo classificado com perda possível há depósito judicial.

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista estão em diversas fases de tramitação, porém na maioria deles a Companhia foi incluída indevidamente na lide por funcionários de outras empresas. Mesmo não se tratando de funcionários da Companhia, alguns desses processos foram classificados como perda possível em razão da demanda tramitar na esfera trabalhista onde há risco de a Companhia ser responsabilizada.

Cíveis

Os processos cíveis que não versam sobre sinistros foram provisionados levando em consideração a classificação do risco pelos advogados, o andamento das ações e as perdas históricas. Os processos que foram classificados como perda possível em conformidade com o Pronunciamento CPC 25, consideram a jurisprudência aplicável.

Sinistros

A Companhia possui 2.325 processos judiciais pendentes referentes a sinistros, dos quais 883 tratam-se de ações diretas de segurados ou terceiros, ou seja, não houve regulação administrativa, pois os segurados ou terceiros não avisaram administrativamente o sinistro para a Companhia eajuizaram ação sem que houvesse a análise da cobertura do evento.

Ademais, destes 2.325 processos judiciais pendentes, sendo 651 inativos, tratam-se de sinistros que encontram-se, ou encerrados judicialmente, permanecendo pendente em nossos sistemas tão somente para quitação de despesas finais do processo ou estão em fase de encerramento final, portanto, efetivamente, o estoque de sinistros com ações judiciais totaliza 1.674 casos.

Os sinistros em demanda judicial estão registrados na conta "Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais - PSLJ" no montante de R\$ 103.523 (R\$ 84.523 em 31 de dezembro de 2014).

b) Movimentação dos processos judiciais e administrativos

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de provisões entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Trabalhistas	Fiscais	Sinistros	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2014	474	611	84.523	1.550
(-) Total pago no período	(34)	-	(27.860)	(231)
(+) Novas constituições no período	252	-	24.611	440
(-) Baixa da provisão por êxito	(170)	-	(7.797)	(77)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	4	(13)	16.695	(372)
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	31	85	13.351	621
(=) Saldos em 31 de dezembro de 2015	557	683	103.523	1.931
Depósitos judiciais	226	345	6.228	26

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 279.387 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 262.302 em 2014) representado por 19.134 (18.716 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

O patrimônio líquido ajustado e a margem de solvência estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido	349.717	367.977
(-) Despesas antecipadas	(7.070)	(14.787)
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias - vide nota 10	(52.802)	(42.102)
(-) Ativo intangível - vide nota 12	(13.434)	(16.805)
(=) Patrimônio líquido ajustado (a)	276.411	294.283
Capital-base (b)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	141.163	157.446
Capital de risco de crédito	21.664	39.450
Benefício da correlação entre riscos	(9.679)	(16.461)
Capital de risco operacional	4.793	4.920
Capital de Risco (c)	157.942	185.355
Capital mínimo requerido (d) = Max(b,c)	157.942	185.355
Suficiência de PLA (e) = a - d	118.469	108.928
Suficiência de ativos garantidores - vide nota 6	55.720	52.607
20% do Capital mínimo requerido - CMR	31.588	37.071
(=) Liquidez em relação ao CMR	24.132	15.536

Mediante as análises efetuadas acima pela Companhia, o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, mostrou-se adequado ao valor exigido pela SUSEP.

c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto Social da Companhia. Não foram propostos dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

d) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 15.409 (R\$ 15.409 em 2014).

e) Reserva estatutária

Conforme previsto no artigo 39º do Estatuto Social, a parcela remanescente dos lucros anuais, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida à conta de reserva estatutária. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 62.095 (R\$ 75.865 em 31 de dezembro de 2014).

17. Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Compreensivo residencial	17.038	14.286	54%	40%	25%	25%
Compreensivo empresarial	19.147	16.129	40%	34%	25%	28%
Riscos diversos	40.619	45.228	12%	14%	30%	31%
Responsabilidade civil administrativa e diretores - D&O	12.111	10.012	71%	-5%	17%	17%
Responsabilidade civil geral	32.648	26.980	97%	97%	24%	24%
Automóveis	245.936	284.138	59%	66%	19%	19%
Responsabilidade civil facultativa	38.995	39.167	107%	89%	17%	17%
DPVAT convênio (todas as categorias)	65.783	67.462	87%	87%	1%	1%
Transporte nacional	33.282	32.142	80%	90%	27%	24%
Transporte internacional	16.318	17.070	10%	32%	25%	24%
Prestamista	13.088	17.532	14%	8%	42%	42%
Acidentes pessoais - Coletivo	50.879	107.378	29%	16%	50%	30%
Vida em grupo	77.264	85.287	60%	96%	22%	22%
Penhor rural instituições financeiras privadas	236	322	127%	118%	38%	37%
Marítimos	2.685	2.535	99%	30%	20%	19%
Demais ramos	185.885	114.651	27%	46%	15%	15%
Total	851.914	880.319	54%	58%	20%	21%

18. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

a) Sinistros ocorridos

	31/12/2015	31/12/2014
Sinistros avisados	(411.031)	(454.920)
Repasso DPVAT	(37.496)	(48.277)
Despesa com sinistros administrativos	(16.841)	(19.858)
Despesa com sinistros judiciais	(8.499)	(7.861)
Despesa repasse com DPVAT	(13.213)	(14.338)
Recuperação indenização	10.153	13.919
Recuperação despesas sinistros	793	917
Recuperação de salvados	45.572	43.613
Repasso de salvados	-	(46)
Recuperação de ressarcimento	10.776	6.413
Variação provisão IBNR	(19.501)	(1.758)
Variação provisão IBNER	(1.513)	(16.419)
Assistência 24		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme CPC 33 "Benefícios a Empregados", os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo aos administradores		
Proventos	3.060	3.265
Gratificações	1.011	3.458
Encargos sociais	353	332
Plano de previdência complementar de contribuição definida	149	210
Total	4.573	7.265

A Companhia não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

A Companhia patrocina para seus administradores o plano de saúde, seguro de vida e outros, conforme combinado em sua contratação.

21. Outras informações

a) Plano de previdência privada complementar

A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários que é administrado pelo Santander Seguros S.A e Itaú Vida e Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 774 (R\$ 829 em 2014).

b) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui outros benefícios aos funcionários, tais como: plano de assistência médica na aposentadoria ou

Valor presente das obrigações esperadas

Valor das obrigações no início do ano	
Ajuste referente a exercício anterior	
Reconhecimento inicial de obrigação	
Juros sobre a obrigação atuarial	
Custo do serviço corrente bruto	
Benefícios pagos no ano	
Perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	
Valor presente das obrigações no final do ano	

Passivo (ativo) atuarial líquido

Valor presente das obrigações no final do ano	
Valor justo dos ativos no final do ano	
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	

Outros resultados abrangentes

Ajuste referente a exercício anterior	
Reconhecimento inicial de obrigação (Ganho)/perda atuarial	
Saldo acumulado de ORA no final do ano	

Em conformidade com o CPC 33 (R1), encontra-se demonstrada a seguir a análise de sensibilidade em relação a mudanças em premissas atuariais consideradas críticas:

	Impacto causado na taxa de desconto					
	Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)	
Premissas Atuariais	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aumento de 0,5% na taxa de desconto	13,20%	11,99%	13,20%	11,99%	13,09%	11,99%
Redução de 0,5% na taxa de desconto	12,15%	10,94%	12,15%	10,94%	12,04%	10,94%

	Impacto causado no valor presente das obrigações					
	Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)	
Premissas Atuariais	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aumento de 0,5% na taxa de desconto	3.291	1.695	357	172	4.460	2.006
Redução de 0,5% na taxa de desconto	3.564	1.845	388	186	5.505	2.390

A seguir apresentamos a duração média ponderada da obrigação de benefício definido:

	Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	7,2 anos	8,0 anos	8,1 anos	8,0 anos	20,5 anos	18,0 anos

O cálculo será atualizado em 31 de dezembro de 2016, conforme CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados".

desligamento, seguro de vida e assistência médica, que é uma gratificação dada aos seus colaboradores por tempo de serviço. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração as taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação para custo de serviço corrente e o custo de juros, tais como definidos segundo o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, equivalente ao IAS 19.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras, e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

As premissas financeiras utilizadas foram definidas pela Companhia.

A Companhia adota a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais no período em que eles ocorrerem na conta de outros resultados abrangentes.

Abaixo demonstramos as principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Premissa	2015	2014
Método de avaliação atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Hipóteses econômicas - taxa de desconto nominal		
Assistência Médica e Seguro de Vida	12,67%	11,46%
Extensão Médica 9.656	12,56%	11,46%
Hipóteses econômicas - inflação futura	5%	5%
Hipóteses econômicas - taxa de crescimento dos custos médicos nominal	9,2%	9,2%
Hipóteses biométricas - tábua de sobrevivência	AT 2000	AT 2000
Fator Idade (Aging Factor)	3,00% a.a.	4,00% a.a. (*)

(*) Para extensão da assistência médica foi aplicado Aging Factor de 3,00% ao ano.

Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)		Total	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1.768	1.364	178	48	2.187	-	4.133	1.412
-	(178)	-	85	-	-	-	(93)
-	-	-	-	-	2.187	-	2.187
193	134	20	15	250	-	463	149
-	-	-	-	3	-	3	-
(106)	(161)	(33)	(15)	(74)	-	(213)	(176)
1.568	609	206	45	2.578	-	4.352	654
3.423	1.768	371	178	4.944	2.187	8.738	4.133
Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)		Total	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
3.423	1.768	371	178	4.944	2.187	8.738	4.133
-	-	-	-	-	-	-	-
3.423	1.768	371	178	4.944	2.187	8.738	4.133
3.423	1.768	371	178	4.944	2.187	8.738	4.133
Seguro Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)		Total	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
-	(178)	-	85	-	-	-	(93)
-	-	-	-	-	2.187	-	2.187
1.568	609	206	45	2.578	-	4.352	654
1.568	431	206	130	2.578	2.187	4.352	2.748

22. Eventos subsequentes

CIRCULAR SUSEP nº 523/2016

A SUSEP publicou em 07 de janeiro de 2016 a Circular nº 523 que revogou as Circulares nº 253/2004, 276/2004 e 342/2009, que estabeleciam o Questionário de Riscos, em especial os de subscrição. Para esta demonstração financeira, não houve impactos para a Companhia.

CIRCULAR SUSEP nº 524/2016

Em 14 de janeiro de 2016, houve a publicação da Circular nº 524 que alterou a Resolução CNSP nº 168/2007, que definiu a dispensa de assinatura da cedente na formalização do contrato de resseguro. A formalização contratual pela cedente será caracterizada pelo recebimento de cópia do contrato digitalizado com a devida assinatura do ressegurador. Não havendo impactos para a Companhia para esta demonstração financeira.

CIRCULAR SUSEP nº 525/2016

Em 22 de janeiro de 2016, entrou em vigor a Circular nº 525 que dispõe sobre os critérios para a estruturação dos planos de seguro do ramo Aeronáuticos (Casco). A estruturação das condições contratuais e da nota técnica atuarial dos planos do ramo Aeronáuticos (Casco) deverá obedecer à regulamentação em vigor no que se refere aos seguros de danos. Os planos atualmente em comercialização deverão ser substituídos por novos planos já adaptados a esta Circular e os contratos vigentes que estejam em desacordo com essa norma poderão vigorar, apenas, até o término de sua vigência. A Companhia avaliou que a emissão do referido normativo não produziu efeitos sobre esta demonstração financeira.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ACÁCIO ROSA DE QUEIROZ FILHO
Presidente

HERMAN GUILLERMO WEISS
Conselheiro

IVALDO VENTURINI
Conselheiro

DIRETORIA

IVALDO VENTURINI
Diretor-Presidente

LUIS RICARDO SOUZA DE ALMEIDA
Diretor

LEANDRO GARCIA OKITA
Diretor

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

RICARDO CÉSAR PESSOA - MIBA 1076
Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. - CNPJ 57.125.353/0001-35 - CIBA-33

CONTADOR

FERNANDO MESSIAS CORDEIRO
Contador - CRC SP-261101/O-9

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Resolução CNSP 321/2015, Acerca das Provisões Técnicas, Ativos Redutores e Requerimentos de Capital em 31 de dezembro de 2015 Referente à:

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

Emitido por:

EY Serviços Atuariais SS

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

São Paulo-SP

CNPJ: 33.170.085/0001-05

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária-IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária-IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados-Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados-Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$52.802 mil. Em 2015 a Companhia passou por significativos processos de reestruturação que se enquadraram no § 4º, artigo 148 da Circular SUSEP nº 517/2015 e, portanto, para os referidos créditos não foi constituída provisão para perda ao valor recuperável. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6